



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Conselheiro Domingos Neto

Telefone(s): (65) 3613-7513

e-mail: presidencia@tce.mt.gov.br

Ofício Nº : 508/2018

Cuiabá-MT, 28 de março de 2018

A sua Senhoria o Senhor
PAULO ROBERTO RESENDE JÚNIOR
Avenida dos Guarantãs, 503, Bairro Jardim Maringá 2
CEP 78.556-144
Sinop/MT

Assunto: Processo 32.967-3/2017 (Auditoria Especial de Conformidade).

Prezado Senhor,

Por meio do Ofício nº 2.262/2017 desta Presidência, Vossa Senhoria foi CITADO para apresentar alegações de defesa sobre os apontamentos emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal (Processo 32.967-3/2017).

No entanto, até a presente data, conforme certificação da Gerência de Controle de Processos Diligenciados Vossa Senhoria não apresentou manifestação (Informação – Doc. Digital nº 30028/2018).

Assim sendo, com fundamento nas disposições do artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República, artigos 6º e 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 269/2007 (Lei Orgânica TCE/MT), artigos 137, "c" e "d", e 140, da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno TCE/MT), em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa, **REITERO a CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, concedendo-lhe novo prazo improrrogável de 15 dias, a contar do recebimento deste, para que apresente alegações de defesa sobre os apontamentos contidos no Relatório Técnico Preliminar ([Doc. Digital n. 322574/2017](#)) e respectivo Anexo ([Doc. Digital n. 322673/2017](#)), emitidos pela Secretaria de Controle Externo de Auditorias Operacionais deste Tribunal, referentes a Auditoria Especial de Conformidade sobre despesas judiciais de saúde realizada na Fundação de Saúde Comunitária de Sinop - Hospital Santo Antônio, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso – SES/MT, pena das sanções regimentais.

Atenciosamente,

(assinatura digital)¹
Conselheiro **DOMINGOS NETO**
Presidente

¹ Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.